



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 13/2019, em que é recorrente **Elton Borges Dias** e recorrido o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 22/2019

I - Relatório

1. **Elton Borges Dias**, agente da 2.ª Classe da Polícia Nacional, com os demais sinais de identificação nos autos do recurso contencioso 64/2018, não se conformando com o Acórdão n.º 9/2019, de 5 de março, proferido pela 3.ª Seção do Venerando Supremo Tribunal de Justiça, vem, ao abrigo do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, conjugado com os artigos 2.º, 4.º, 5.º, n.º 1, 6.º, 7.º e 8.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro (doravante Lei do Amparo), interpor recurso de amparo contra o referido Acórdão, alegando, em síntese, que:

1.1. Participou no Concurso Interno promovido pelo senhor Diretor da Polícia Nacional para a seleção de 2 (dois) candidatos à frequência de um Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna de Portugal, para o ano letivo 2018/2019, tendo sido aprovado em todas as provas com as seguintes classificações:

“Na prova física como apto, na prova escrita de aptidão Cultural obteve a nota de 14,1 valores; na prova de Aptidão profissional a nota de 18,9; no teste psicotécnico a nota de 14,0 e na Entrevista a nota de 14,0 valores.”

1.2. Conforme o resultado final do referido concurso, ficou colocado em 3º lugar, com a classificação de 15,25 valores. Isto porque “se fez uma média aritmética dos resultados obtidos nas provas de conhecimentos, psicotécnico e entrevista, ou seja, aplicou-se o artigo 23º do Regulamento n.º 9/2017, sabendo que o próprio regulamento é contrário à Lei.

1.3. O recorrente ficou prejudicado porque, *“de acordo com o método de valorização e selecção prevista na Lei nº 38/2015 de 29 de julho, o ora recorrente ficaria no primeiro lugar da Lista Final;”*

1.4. *“O Decreto-Regulamentar nº 9/2017, é um regulamento elaborado em contramão com a Lei nº 38/2015 de 29 de julho, de Procedimentos e princípios de todos os processos concursais, e esta é uma Lei Geral;”*

1.5. Com efeito, a Lei a que se refere o parágrafo antecedente, nos seus artigos 21º e 22º, *“estabelece que a prova de conhecimento constitui método de selecção obrigatório e a sua ponderação deve ser mínima de 55%, e que os métodos de selecção facultativos ou complementares, a ponderação, para a valorização final, não pode ser superior a 30%;”*

1.6. Por seu turno, o artigo 23º do Regulamento nº 9/2017, estabelece que *“a classificação final dos candidatos é uma média aritmética das notas obtidas nas provas escritas de aptidão profissional, de aptidão cultural, teste psicotécnico e entrevista;”*

1.7. Por considerar que a classificação dos candidatos foi fixada com base em normas regulamentares contrárias à lei e porque os regulamentos são actos normativos praticados pelo Governo e demais entidades públicas no exercício de suas funções administrativas, e à luz da Constituição, não podem conter preceitos contrários à lei, nomeadamente no que se refere a princípios e procedimentos previstos em lei anterior, interpôs recurso contencioso da deliberação que o classificou em terceiro lugar, pedindo a sua revogação;

1.8. Através do Acórdão n.º 9/2019, de 5 de março, a 3.ª Seção do Venerando Supremo Tribunal de Justiça indeferiu liminarmente o seu recurso, por ter se considerado absolutamente incompetente em razão da hierarquia, atento o facto de a decisão impugnada ter sido tomada pelo Diretor Nacional da Polícia Nacional no exercício de competência própria;

1.9. Não se conformando com o sentido da decisão proferida no âmbito daquele aresto, impugnou-o por meio do recurso de amparo, alegando a violação do direito de acesso à justiça e de obter a tutela jurisdicional efetiva dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, direitos fundamentais garantidos pelos artigos 22.º e 245.º da CRCV;

1.10. Termina o seu arrazoado formulando os seguintes pedidos:

“deve o presente recurso ser admitido nos termos do artigo 20º da CRCV, conjugação com as disposições da lei nº 109/IV/94, de 24 de outubro, e julgado procedente e, e em consequência conceder o recorrente o amparo constitucional contra a violação do direito de acesso à justiça na sua dimensão de requerer e obter tutela jurisdicional efectiva dos direitos e interesses legalmente protegidos, para repor o direito violado, o direito de acesso a justiça, e,[...] consequentemente, que os pedidos formulados no recurso contencioso administrativo sejam apreciados e decididos.”

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso. Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República emitiu o douto parecer constante de fls. 38 a 43 dos presentes autos, tendo feito dought considerações e, em síntese, formulando as seguintes conclusões:

“No caso in judicio e perante a factualidade descrita, parece-nos, manifesto que não foi posto em causa, em nenhum momento, o direito de acesso aos tribunais e de tutela jurisdicional efectiva, nos termos constitucionalmente consagrados na norma do n.º 1 do art.º 21.º da CRCV.

Pelo que, a pretensão de amparo apresentado, manifestamente não pode proceder, porque nos termos do art.º 16.º n.º 1 o recurso não será admitido quando manifestamente não estiver em causa a violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais constitucionalmente reconhecidos como susceptíveis de amparo.

Por todo o exposto somos de parecer que o presente recurso deve ser rejeitado porque não foram esgotadas as vias de recurso que o legislador colocou ao dispor do recorrente e, também porque manifestamente não está em causa a violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais constitucionalmente reconhecido como susceptíveis de amparo.”

3. É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir da admissibilidade do recurso nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

II – Fundamentação

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, sob a epígrafe tutela dos direitos, liberdades e garantias:

A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:

a) O recurso de amparo pode ser interposto contra actos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;

b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariiedade.

A garantia constitucional do recurso de amparo constitui uma das inovações que a Constituição cabo-verdiana de 1992 trouxe para a ordem jurídica nacional. Trata-se, por conseguinte, de um dos meios privilegiados de acesso dos particulares ao Tribunal Constitucional para a defesa dos direitos, liberdades, e garantias constitucionalmente reconhecidos como objeto de amparo.

Acompanha-se a análise de Manuel Carrasco Durán, citado por Catarina Santos Botelho na obra intitulada a Tutela Direta dos Direitos Fundamentais, Avanços e Recuos na Dinâmica Garantística das Justiças Constitucional, Administrativa e Internacional, Almedina, 2010, p. 217, quando diz que o recurso de amparo apresenta-se como um instrumento jurisdicional vocacionado para a proteção de determinados direitos fundamentais, cujo conhecimento se atribui ao Tribunal Constitucional, e que se caracteriza pelos princípios da subsidiariedade e excecionalidade.

O carácter subsidiário do recurso de amparo resulta da Constituição e da configuração da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, ao estabelecerem o esgotamento prévio das vias de recurso ordinário como um dos pressupostos do recurso de amparo.

O seu carácter extraordinário traduz-se na necessidade de se estar perante uma violação real, efetiva e direta de um direito ou liberdade fundamental catalogado como suscetível de amparo.

O recurso de amparo está destinado unicamente à proteção de direitos fundamentais, pelo que está vedado ao Tribunal Constitucional conhecer de questões de legalidade ordinária conexas, como se depreende do teor literal do n.º 3 do art.º 2.º da Lei do Amparo.

Pois, no recurso de amparo não pode ser feito valer outra pretensão que não seja a de restabelecer ou de preservar os direitos, liberdades e garantias constitucionais referidos nos artigos anteriores.

A natureza excecional do recurso de amparo implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias normais, exigindo-se, por isso, que haja recurso prévio aos tribunais ordinários e o esgotamento dos recursos adequados.

Por conseguinte, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva, de proteção de direitos fundamentais.

Antes de identificar e analisar os pressupostos e os requisitos do recurso de amparo e aferir se no caso vertente se verificam, importa consignar que o seu objeto não se identifica com qualquer ato de natureza legislativa ou normativa, como resulta expressamente do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

1.2. Tratando-se de um recurso de amparo contra uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça, importa verificar se existe alguma razão que possa impedir a sua admissão, atento o disposto no artigo 16.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

O recurso não será admitido quando:

a) *tenha sido interposto fora do prazo*

Nos termos do n.º 1 do artigo 5.º da Lei do Amparo, o recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais.

Tendo o recorrente sido notificado a 26 de março de 2019 e a petição de recurso remetida à Secretaria desta Corte, por via postal, a 12 de abril de 2019, considera-se que o recurso foi tempestivamente interposto, atento o disposto no n.º 1 do artigo 55.º da Lei n.º 56/VI/2005, de 28 de fevereiro, conjugado com o n.º 2 do artigo 143.º do CPC, e o estabelecido no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 1 do artigo 5.º da Lei do Amparo, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 137.º do CPC, aplicável com as devidas adaptações *ex vi* do artigo 1.º da Lei do Amparo.

b) A petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7.º e 8.º

i. Nos termos dos números 1 e 2 do artigo 7.º da Lei do Amparo:

“1. O recurso é interposto por meio de simples requerimento, devidamente fundamentado, apresentado na secretaria do Supremo Tribunal de Justiça.

2. No requerimento o recorrente deverá indicar expressamente que o recurso tem a natureza de amparo constitucional.”

Resulta cristalino da petição de recurso que o recorrente apresentou o seu requerimento na secretaria do Tribunal Constitucional e indicou de forma expressa que se trata de *“Recurso de Amparo”*.

Consideram-se, pois, preenchidos os requisitos previstos no artigo 7.º supracitado.

ii. São requisitos da fundamentação vertidos no n.º 1 do artigo 8.º da Lei do amparo:

a) Identificar a entidade, o funcionário ou agente autor do acto ou da omissão referidos no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 3º, bem como os interessados a quem o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

b) Indicar com precisão o acto, facto ou a omissão que, na opinião do recorrente, violou os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais;

c) Indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais que julga terem sido violados, com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados;

d) Expor resumidamente as razões de facto que fundamentam a petição;

e) Formular conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição.

2. A petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se identificará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos ou garantias fundamentais violados.

Compulsados os autos, verifica-se que o recorrente atribuiu à 3.^a Seção do Supremo Tribunal de Justiça a responsabilidade pela violação dos direitos fundamentais que indicou.

A conduta da entidade recorrida traduziu-se no indeferimento da petição de recurso do contencioso n.º 64/2018 pelo Acórdão n.º 9/2019, de 5 de março, com base nos seguintes fundamentos recortados pelo recorrente:

“O Supremo Tribunal de Justiça” considera “que, dos actos do Diretor Nacional da Polícia Nacional no exercício de competência própria, não cabe recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, por não haver previsão legal que confere competência para apreciar tais actos.”

“É certo que o recorrente invoca a alínea c) do artigo 10º, da LCA, presumivelmente para sustentar que o acto é directamente recorrível para o STJ, mas tal só seria possível, como resulta da citada disposição legal, se o acto do Diretor Nacional da Polícia Nacional tivesse sido praticado por delegação de poderes do Ministro da Administração Interna.”

Na perspetiva do recorrente o acórdão recorrido violou o seu direito fundamental de acesso à justiça e de obter a *tutela jurisdicional efectiva dos direitos e interesses legalmente protegidos*, tendo invocado expressamente a norma onde se encontram alojadas esses direitos fundamentais, a saber: o artigo 22.º, bem como o disposto na alínea e) do artigo 245.º da Constituição de Cabo Verde e requerido amparo para os suprarreferidos direitos.

Conforme o disposto na alínea b) do número 1 do artigo 8.º da Lei do Amparo, ao fundamentar o recurso, o recorrente deve indicar com precisão o ato, o facto ou a omissão que, na opinião dele, viola os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais.

Ao fixar os critérios da fundamentação do recurso de amparo, exigindo, nomeadamente, que sejam indicados com precisão e clareza o ato, o facto ou a omissão que, na opinião do recorrente, viola os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais, a menção expressa das normas ou princípios jurídico-constitucionais alegadamente violados, bem como a indicação do amparo que se pretende obter, espera-se que haja conexão e coerência entre os factos articulados e os direitos fundamentais alegadamente violados e o amparo que se requer.

Nestes autos, verifica-se uma total desconexão entre a conduta alegadamente violadora do direito de acesso à justiça e de obter a tutela jurisdicional efetiva e a exposição de factos que fundamentam a petição. Pois, os factos articulados referem-se essencialmente à conduta imputada ao júri do concurso, embora a decisão impugnada sequer tomou conhecimento dessa deliberação. Sobre a incompetência absoluta do órgão que proferiu a decisão objeto do presente recurso e que constitui a questão central deste recurso de amparo, nada se alegou.

Apesar da deficiente fundamentação, nomeadamente, no que concerne à formulação de conclusões nas quais deveria o recorrente resumir os fundamentos de factos e de direito que dão suporte à petição, fica salvaguarda a inteligibilidade da sua pretensão.

Na verdade, os requisitos de fundamentação previstos no artigo 8º da Lei do Amparo têm sido avaliados sempre de forma compatível com o direito fundamental ao amparo, pelo que só em circunstâncias excecionais se não admite um recurso com fundamento na

inobservância desses requisitos. Aliás, em sucessivos arestos deste Tribunal, tem sido afirmado que o mais importante não é o rigor formal, mas, sim, a inteligibilidade do que se expõe e se requer.

Assim sendo, essa deficiente fundamentação não constitui impedimento para que se prossiga com o escrutínio sobre os pressupostos que se seguem.

c) O requerente não tiver legitimidade para recorrer

Adotando o conceito de legitimidade ativa recortado pelo n.º 1 do artigo 25.º do Código de Processo Civil conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Amparo, segundo o qual tem legitimidade quem tiver interesse direto em demandar, não se pode negar ao recorrente a legitimidade para interpor recurso de amparo contra uma decisão que alegadamente violou o seu direito de acesso à justiça e de *obter tutela jurisdicional efectiva dos direitos e interesses legalmente protegidos*.

d) Não tiverem sido esgotadas, ainda, todas as vias de recurso

Essa causa de inadmissibilidade do recurso de amparo decorre da natureza excepcional e subsidiária desse meio especial de proteção de direitos, liberdades e garantias fundamentais que implica que a violação desses direitos não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias ordinárias, como, aliás, resulta claramente do disposto no artigo 6.º da Lei do Amparo: “*O recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo.*”

Conforme jurisprudência consolidada desta Corte, o recorrente tem o ónus de demonstrar que a violação dos seus direitos fundamentais amparáveis não encontrou reparação no sistema de garantias ordinárias. Na verdade, através do Acórdão n.º 11/17, de 22 de junho, publicado na I Série-n.º 42, do *Boletim Oficial*, de 21 de julho de 2017, considerou-se que o disposto na alínea c) do artigo 3.º da Lei do Amparo, deve ser apreciado e integrado no juízo de admissibilidade a ser feito em relação a cada recurso de amparo, designadamente para se preservar a subsidiariedade desse tipo de queixa constitucional, mas a abordagem a ser adotada deve ser temperada no sentido de garantir o acesso à justiça constitucional

pelos titulares de direitos, liberdades e garantias e, em simultâneo, salvaguardar o papel da jurisdição ordinária na preservação das posições jurídicas individuais fundamentais protegidas pela Constituição. Admitiu-se, por outro lado, ser necessário requerer a reparação da violação, mas esta não tem que ser pedida de modo expresso e através de forma ou procedimento autónomos. Poderá sê-lo, assim, como diz a lei, no quadro do processo se possível for e se o pedido de reparação não possa ser considerado inútil.

A densificação desse pressuposto ficou bem patente no seguinte trecho daquele aresto:

“Portanto, qualquer outra leitura confrontaria de forma severa o princípio da proporcionalidade em sentido restrito ou da justa medida.

*Tal entendimento, ademais, seria dificilmente harmonizável com o número 2 do artigo 20 da Constituição da República que subordina o regime ao princípio da celeridade e ao princípio da sumaridade ao dizer claramente que **“O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”**. Prever qualquer desdobramento processual que exigisse um pedido autónomo de reparação seria notoriamente inconstitucional, porque criaria um ónus excessivo a uma tutela que o Constituinte entende dever ser prestada no mais curto espaço de tempo no sentido de que se houver violação de direitos, estes sejam restituídos, no caso concreto, com a máxima rapidez, ao seu titular.*

Além disso, mesmo uma interpretação que se afastasse das determinantes constitucionais aplicáveis ao caso, ainda assim não sufragaria de forma líquida qualquer entendimento da imprescindibilidade da reparação nos termos sugeridos. O dispositivo estabelece que a) é preciso que se invoque expressa e formalmente uma violação no processo; b) temporalmente, logo que o titular dela tenha conhecimento; c) se requeira a sua reparação. Bem, primeiro, ainda somente analisando à questão à luz da Lei do Amparo, o que tem que ser expressa e formalmente, invocado é a violação, não o pedido de reparação, o que significa que este não tem que ser pedido de modo expresso e através de forma ou procedimento autónomos. E a razão é muito simples, quem o recebe é um órgão judicial, muitas vezes de topo, constituído por juízes possuidores de sólidos conhecimentos jurídicos, que são também magistrados das liberdades, e que já

acumularam uma experiência muito grande no tratamento desses casos. Como se sublinhava no precedente do Supremo Tribunal de Justiça, iura novit curia. “

Mas, mesmo o pressuposto da expressa e formal invocação da violação no processo deve ser analisado a partir da Constituição e da natureza de direito, liberdade e garantia do recurso de amparo, com alguma flexibilidade, tendo em vista, naturalmente, por um lado, a finalidade de se preservar a possibilidade de a proteção de posições jurídicas fundamentais ser garantida pelos tribunais ordinários, pois estes também, ainda que não exclusivamente, são tribunais de direitos, e do outro lado, o objetivo de garantir o acesso à Corte Constitucional de forma célere e sem formalismos desnecessários, nomeadamente de acordo com o espírito do princípio da simplicidade, que também decorre do artigo 20 da Lei Fundamental. Portanto, a interpretação constitucionalmente mais conforme da disposição e que impede que ela resvale para fora das fronteiras da proporcionalidade da restrição e que salvguarde a posição dos tribunais comuns, deve concretizar-se num registo comunicacional inteligível entre o titular do direito e requerente de amparo e o órgão judicial, de tal maneira que este perceba ou tenha que perceber tratar-se de questão a envolver possível lesão de direito, liberdade ou garantia e tenha a oportunidade de a reparar. Ainda assim, trata-se de um mínimo que seja palpável, até porque, se os juízes ordinários são também entidades de proteção de direitos, liberdade e garantias, a sua atividade jurisdicional não se esgota nisso, portanto devem, no emaranhado de questões ordinárias que diariamente lhes são colocadas, ser alertados para dimensões constitucionais das mesmas para que as possam analisar e idealmente, sendo justificado, conferirem a tutela requerida. Portanto, não sendo exigível do recorrente a apresentação aprimorada da violação que enseja o pedido de amparo ou construções jurídicas afinadas, que obriguem à identificação de forma precisa do direito, liberdade e garantia ou da posição jurídica fundamental em causa e muito menos o preceito constitucional que lhes ancora, ele deve colocar à jurisdição ordinária a demanda com elementos descritivos e enunciativos bastantes para lhe suscitar a questão e permitir-lhe conhecer e identificar a violação do direito e o problema constitucional subjacente, garantindo-lhe oportunidade para ministrar os remédios necessários à sua preservação.

Acima de tudo, a questão é de inteligibilidade e como tal deve ser tratada, isto é, de se comunicar de forma perceptível a pessoas treinadas para esse fim, os juízes dos tribunais

superiores, que direitos se pretende tutelar. O exposto nessa exigência refere-se ao mínimo necessário para que tais reputados juristas e julgadores consigam identificar a violação e o direito, liberdade e garantia que sustenta o pedido de amparo, havendo, ainda, o dever de, mesmo nos casos de notória ininteligibilidade que, desde sempre, os tribunais, nos termos da lei, concederem oportunidade ao requerente para clarificar aspetos obscuros da sua peça impugnatória ou completar os elementos que a integram.”

À exigência de se formular o pedido de reparação da violação acresce-se o dever de o fazer, nomeadamente, perante os tribunais da primeira instância e os de recurso, quando da decisão que recuse a reparação da violação caiba recurso ordinário, e nos prazos estabelecidos pela respetiva lei do processo.

A partir do Acórdão n.º 11/17, de 22 de junho, o Tribunal Constitucional começou a escrutinar especificadamente os requisitos previstos na alínea c) do artigo 3.º da Lei do Amparo. Veja-se, nesse sentido, o Acórdão n.º 13/2017, de 20 de julho, publicado na I Série do *Boletim oficial* n.º 47, de 08 de agosto de 2017, no âmbito do qual se firmou o entendimento de que sempre que possível é de se exigir que o recorrente demonstre ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perceptíveis, que tenha requerido a sua reparação e que a violação não tenha sido reparada.

O esgotamento das vias de recurso ordinário como condição *sine qua nom* para admissibilidade do recurso de amparo não é uma fórmula vazia ou uma mera formalidade. Trata-se de uma exigência com efeito real sobre o sistema de proteção de direitos fundamentais.

Portanto, antes de se recorrer para o Tribunal Constitucional, existem outros órgãos competentes para apreciar e eventualmente conceder a devida proteção aos titulares desses direitos.

A verificação do esgotamento prévio das vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo pressupõe que o interessado faça uso das vias de impugnação legais de forma que todos os órgãos competentes possam pronunciar-se sobre as condutas alegadamente lesivas de posições jurídicas subjetivas fundamentais antes que se

franqueiam as portas do Tribunal Constitucional. Como é evidente, visa-se com esse procedimento evitar a subversão do sistema de proteção de direitos fundamentais desenhado pelo legislador constitucional. Veja-se, nesse sentido, o Acórdão n.º 21/2018, de 16 de outubro de 2018, publicado na I Série do Boletim Oficial n.º 68, de 25 de outubro de 2018.

É, pois, chegado o momento de verificar se o recorrente requereu a reparação da alegada violação do seu direito fundamental de acesso à justiça e de obter a tutela jurisdicional efetiva em termos que possam ser considerados adequados.

No caso em apreço é de se perguntar se a questão sobre a alegada violação foi colocada perante a instância jurisdicional competente em razão da hierarquia. Isto porque saber se o pedido de reparação foi formulado perante a instância judicial competente constitui mais um requisito do esgotamento de *todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo*.

Por se tratar de matéria de contencioso administrativo, importa, antes mais, consignar que a Constituição da República de Cabo Verde, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 214.º, conferiu ao legislador ordinário a faculdade de criar, por lei, tribunais administrativos. Todavia, não foram criados tribunais administrativos autónomos, tendo sido opção do legislador ordinário conservar a competência em matéria do contencioso administrativo conferida desde sempre ao Supremo Tribunal de Justiça pelo Decreto-Lei n.º 14-A/83, de 22 de março e através da Lei n.º 88/VII/2011, de 14 de fevereiro, que define a organização, a competência e o funcionamento dos Tribunais Judiciais, estender a todos os tribunais de comarca a competência para decidir questões emergentes de relações jurídico-administrativas, desde que não se encontrem legalmente reservadas a outros tribunais ou a outra jurisdição, conforme o disposto nos artigos 57, n.º1, e 59.º, n.º 2, da suprarreferida Lei.

No que se refere ao pressuposto para que um ato administrativo seja contenciosamente impugnado, este Tribunal emitiu orientação muito clara sobre esta matéria, nos termos dos Acórdãos n.º 08/2018, de 29 de março, publicado na I Série do *Boletim Oficial*, de 02 de maio de 2018 e n.º 21/2018, de 16 de outubro, publicado na I Série do Boletim Oficial n.º 68, de 25 de outubro de 2018, cujo trecho mais relevante se reproduz:

“Tendo em conta o disposto na alínea e) do artigo 245.º da Constituição, que erige a lesividade dos direitos e interesses legalmente protegidos como condição para requerer e obter tutela jurisdicional efetiva, independentemente da forma de que se revistam os atos administrativos, o recurso hierárquico, como o interposto pelo recorrente, deixou de ser necessário. Vale dizer que desde 1999, ano em que ocorreu a primeira revisão ordinária da Constituição, consagrou-se constitucionalmente a possibilidade de impugnação contenciosa direta dos atos administrativos pela sua lesividade, sem que seja necessário e obrigatório percorrer toda a cadeia administrativa hierárquica como condição sine qua non para que, primeiro, o ato de que se pretendia recorrer, fosse considerado definitivo na sua tripla dimensão, para num segundo momento, apresentar-se como apto para ser impugnado contenciosamente.

Este Tribunal Constitucional já tinha dado indicação nesse mesmo sentido quando decidiu o recurso da decisão da Comissão Nacional de Eleições interposto pelo ex-candidato à Presidência da República, Senhor Joaquim Jaime Monteiro. Conforme o Acórdão n.º 08/2018, de 29 de março, publicado na I Série do Boletim Oficial, de 02 de maio de 2018 :« Portanto, a questão a avaliar e decidir de modo ponderado relaciona-se à determinação da recorribilidade de deliberações da Comissão Nacional de Eleições, o que convoca necessariamente a alínea e) do artigo 245 da Lei Fundamental da República segundo o qual “o particular, diretamente, ou por intermédio de associações ou organizações de defesa dos interesses difusos a que pertença, tem, nos termos da lei, direito a (...) requerer e obter tutela jurisdicional efetiva dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, nomeadamente através da impugnação de quaisquer atos administrativos que os lesem, independentemente da forma de que se revistam, de ações de reconhecimento judicial de direitos e interesses, de pedido de adoção de medidas cautelares adequadas e de imposição judicial à Administração de prática de atos administrativos legalmente devidos”, a qual, de forma clara indica a opção tomada pelo legislador constituinte de sujeitar a recurso qualquer conduta da administração que possa lesar um direito ou interesse legítimo de um titular de direito ou administrado.»

Considerando que a autoria do ato administrativo impugnado contenciosamente foi atribuída ao Diretor Nacional da Polícia Nacional no exercício de uma competência própria e não delegada, e, visto o disposto na alínea c) do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 14-A/83, de 22 de março, segundo o qual “ compete ao Supremo Tribunal de Justiça

conhecer dos recursos contenciosos dos atos administrativos praticados por delegação dos membros do Governo”, conclui-se que a entidade recorrida não podia conhecer do pedido que lhe foi dirigido pelo recorrente, porque, efetivamente, não tinha competência para dele conhecer, sob pena de violação da lei.

Excluída a competência do Supremo Tribunal de Justiça, mas também dos Tribunais da Relação cuja intervenção em matéria do contencioso administrativo se resume ao julgamento das decisões proferidas pelos tribunais da primeira instância e das ações administrativas propostas contra juízes de direitos, juízes militares de primeira instância e procuradores da república, por causa do exercício das suas funções, conforme as alíneas b) e c) do artigo 39.º Lei n.º 88/VII/2011, de 14 de fevereiro, parece que o recurso contencioso 64/2018 deveria ter sido apresentado junto de um tribunal da comarca.

Ao preterir o tribunal da comarca competente em razão da hierarquia, o recorrente, representado por uma profissional do foro que se presume conhecedora da organização judiciária nacional, não permitiu que essa instância competente pudesse apreciar o recurso e talvez conferir-lhe a reparação do direito alegadamente violado, com a vantagem de, caso a decisão lhe fosse desfavorável, beneficiar de, pelo menos, mais um grau de recurso.

Quando a reparação da violação dos direitos, liberdades e garantias não é requerida em termos legais, designadamente perante o tribunal competente, por razões imputáveis ao interessado, não se dá por verificado o pressuposto- esgotamento das vias ordinárias de recurso-, a menos que o titular do direito tenha incorrido em erro processual induzido por uma decisão judicial firme, caso em que seria protegido pelo princípio da tutela da confiança. Neste caso, todavia, tal hipótese não se coloca, porquanto não se conhece jurisprudência que tenha emitido orientação no sentido de ser o Supremo Tribunal de Justiça a instância hierarquicamente competente para conhecer dos recursos dessa natureza.

As condições de inadmissibilidade do recurso foram concebidas como pressupostos em que a falta de um deles determina a sua rejeição, a menos que seja aquele pressuposto suscetível de sanção ou aperfeiçoamento, como é o caso da fundamentação, em que se confere ao recorrente a oportunidade de corrigir a sua petição de recurso.

A falta de esgotamento das vias ordinárias de recurso constitui um pressuposto insuprível e a prática deste Tribunal tem sido de escrutinar sequencialmente os pressupostos previstos no artigo 16.º, bastando a ausência de um para se determinar a rejeição do recurso.

Termos em que, sem que seja necessário escrutinar os demais pressupostos, se conclui que não se pode admitir o presente recurso de amparo, porque se considera que o recorrente não esgotou todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo.

III – Decisão

Os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional reunidos, em Plenário, decidem não admitir o presente recurso e ordenar o arquivamento dos correspondentes autos.

Registe, notifique e publique.

Praia, 27 de junho de 2019

Registe, notifique e publique.

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 03 de julho de 2019.

O Secretário,

João Borges